

Uma estética da existência

Michel Foucault (entrevista)

Une esthétique de l'existence (entretien avec A. Fontana), *Le monde*, 15-16 juillet 1984, p. XI.
Tradução de wanderson flor do nascimento.

Sete anos se passaram após A vontade de Saber. Sei que seus últimos livros têm trazido muitos problemas e que você tem encontrado dificuldades. Eu gostaria que você me falasse dessas dificuldades e sobre essa viagem ao mundo greco-romano, que, ainda que não fosse ignorado por você, não era também muito conhecido.

- As dificuldades derivaram do projeto mesmo, este que, justamente, queria evitá-las.

Ao programar meu trabalho para vários volumes, de acordo com um plano preestabelecido, eu havia dito a mim mesmo que havia chegado o momento de escrever sem dificuldade e, simplesmente desenvolver o que eu tinha em minha mente, confirmando-o com o trabalho de investigação empírica.

Quase morro de aborrecimento ao escrever esses livros: eles se pareciam muito com os precedentes. Por certo, escrever um livro é sempre correr um risco qualquer. Por exemplo, de não ter sucesso em escrevê-lo. Quando se sabe de antemão onde se vai terminar ou se vai chegar, há uma dimensão da experiência que falta, aquela que consiste precisamente em escrever um livro arriscado de não chegar à parte final. Tive, deste modo, de mudar o projeto geral: no lugar de estudar a sexualidade nos limites do saber e do poder, ensaiei uma pesquisa mais alta: como era constituído, para o sujeito mesmo, a experiência de sua sexualidade como desejo. Para clarear esta problemática, fui levado a considerar textos gregos e latinos muito antigos, o que demandou de mim muita preparação, muito esforço, fato que me causou, até o fim, incertezas e hesitações.

- Há sempre uma certa "intencionalidade" nos seus trabalhos que, frequentemente, escapa aos leitores. A História da Loucura tinha ao fundo a história da constituição desse saber ao qual se chama psicologia; As Palavras e as Coisas era a arqueologia das ciências humanas; Vigiar e Punir coloca em jogo as disciplinas do corpo e da alma. Parece que o que está no centro de seus últimos livros é o que você chama de os "jogos de verdade".

- Eu não creio que exista uma grande diferença entre estes livros e os precedentes. Deseja-se muito, quando se escreve livros como estes, modificar tudo o que se pensa e se encontrar novamente, ao final, diferente do que era ao começo. Então se percebe que se tem mudado relativamente pouco. Talvez se tenha mudado de perspectiva, se tenha girado em torno do problema, que é sempre o mesmo, digamos, as relações entre o sujeito, a

verdade e a constituição da experiência. Tenho tratado de analisar como áreas tais quais as da loucura, da sexualidade e da delinquência podem entrar em um certo jogo da verdade e como, por outro lado, o sujeito mesmo é afetado por meio dessa inserção da prática humana, do comportamento no jogo da verdade. Este era o problema da história da loucura, da sexualidade.

– *Isto não é, no fundo, uma nova genealogia da moral?*

– Sem a solenidade do título e sem a grandeza que Nietzsche lhe impôs, eu diria que sim.

– *Em um texto publicado em O Debate de novembro de 1983, você fala, em respeito da Antigüidade, de morais voltadas para a ética e de morais voltadas para o código. É esta mesma distinção entre a moral greco-romana e a que vai nascer com o cristianismo?*

– Com o cristianismo, veio a se instaurar lentamente, progressivamente uma mudança em relação às morais antigas, que eram, essencialmente, uma prática, um estilo de liberdade. Naturalmente, havia também certas normas de comportamento que regulavam a conduta de cada um. Porém, a vontade de ser um sujeito moral e a procura de uma ética da existência era principalmente, na Antigüidade, um esforço para afirmar a própria liberdade e dar a sua própria vida uma certa forma na qual podia se reconhecer e ser reconhecido por outros e onde a posteridade mesma poderia encontrar como exemplo.

Esta elaboração da própria vida como uma obra de arte pessoal, ainda que obedecendo certos cânones coletivos, estava ao centro, me parece, da experiência moral, da vontade moral na Antigüidade, enquanto que, no cristianismo, com a religião do texto, a idéia de uma vontade de Deus, o princípio de uma obediência, a moral assume muito mais a forma de um código de regras (somente certas práticas ascéticas estavam mais ligadas ao exercício de uma liberdade pessoal).

Da Antigüidade ao cristianismo, passou-se de uma moral que era essencialmente uma busca de uma ética pessoal a uma moral como obediência a um sistema de regras. E se eu sei me interessar pela Antigüidade, é que, por toda uma série de razões a idéia de uma moral como obediência a um código de regras está em processo, presentemente, de desaparecimento; já desapareceu. E à essa ausência de moral, responde, deve responder, uma busca de uma estética da existência.

– *Todo o saber acumulado nos últimos anos sobre o corpo, a sexualidade, as disciplinas, tem melhorado nossos relacionamentos com os outros, nosso ser no mundo?*

– Não posso parar de pensar que toda uma série de coisas postas em discussão, mesmo independentemente de coisas políticas, acerca de certas formas de existência, regras

de comportamento, etc., tem sido profundamente benéfica: relações entre os corpos, entre homem e mulher, com a sexualidade.

- *Então esses saberes têm nos ajudado a viver melhor?*

- Não existe simplesmente uma mudança nas preocupações, mas nos discursos filosófico, teórico e crítico: com efeito, na maior parte das análises feitas, não se sugere às pessoas o que elas devem ser, o que elas devem fazer, o que elas devem crer e pensar. Faz-se aparecer, como até o presente, os mecanismos sociais que tem podido jogar como as formas de repressão e constrangimento tem atuado; e então, a partir disto, penso que se pode passar às pessoas a possibilidade de se determinar, de fazer, sabendo tudo isso, a escolha de sua existência.

- *Há cinco anos, se começou a ler, em seu seminário do Colégio de França, Hayek e von Mises. Disse-se então: através de uma reflexão sobre o liberalismo, Foucault vai nos dar um livro sobre a política. O liberalismo parece também como um desvio para recuperar o indivíduo, além dos mecanismos do poder. É conhecida sua oposição ao sujeito fenomenológico. Nesta época, começou-se a falar de um sujeito de práticas, e a releitura foi feita em torno desta ótica. Não é mistério para ninguém o que vem sendo dito a algum tempo: não há sujeito na obra de Foucault. Os sujeitos são sempre sujeitados, são pontos de aplicação de técnicas, de disciplinas normativas, mas não são nunca sujeitos soberanos.*

- É necessário fazer uma distinção. Em primeiro lugar, creio, efetivamente, que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que se encontrar em qualquer lugar. Eu sou muito cético e muito hostil para com esta concepção de sujeito. Penso, ao contrário, que o sujeito se constitui por meio das práticas de assujeitamento, ou de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antigüidade, desde (bem entendido!) de um certo número de regras, estilos, convenções que se encontra no meio cultural.

- *Isso nos leva à política atual. Os tempos são difíceis: no plano internacional, é a chantagem de Yalta e o afrontamento dos blocos. No plano interno, é o espectro da crise. Em relação a tudo isso, parece que entre a esquerda e a direita não há mais que uma diferença de estilo. Como se determinar, então, em face desta realidade e de seus ditados, se ela está, aparentemente, sem alternativa possível?*

- Parece-me que sua questão é ao mesmo tempo correta e um pouco estreita. Deveria ser decomposta em duas ordens de questões: em primeiro lugar, se é necessário aceitar ou não aceitar? Em segundo lugar, se não se aceita, o que se pode fazer? À primeira questão, deve-se responder sem qualquer ambigüidade: não se pode aceitar nem os resíduos de guerra, nem uma certa situação estratégica na Europa, nem o fato de que a metade da Europa está escravizada.

Então se coloca a outra questão: "o que se pode fazer contra um poder como este da União Soviética, em relação ao nosso governo e com as pessoas que, dos dois lados da Cortina de Ferro, decidem questionar a divisão tal qual está estabelecida?" Em relação com

a União Soviética não há muita coisa a se fazer, exceto ajudar o mais eficazmente possível aqueles que lá lutam. Com relação às duas outras tarefas, temos muito a fazer, há muito trabalho.

- *Não é necessário assumir uma posição, por assim dizer, hegeliana, que consista em aceitar a realidade tal qual ela é e como se nos apresenta. Resta uma interrogação: "Existe uma verdade na política?"*

- Eu creio por demais na verdade para não supor que existam diferentes verdades e diferentes modos de dizê-la. Certamente, não podemos exigir de um governo que ele diga a verdade, toda a verdade e só a verdade. Em contrapartida, é possível exigir dos governantes uma certa verdade quanto aos projetos finais, às escolhas gerais de sua tática, à um certo número de pontos particulares de seu programa: é a *parrhesia* (a livre palavra) do governado, que pode, que deve interpelar o governo sobre o que ele faz, sobre o sentido de sua ação, sobre as decisões que ele toma, em nome do saber, da experiência que ele tem, do fato de que ele seja um cidadão.

É preciso, contudo, evitar as armadilhas nas quais os governantes querem fazer tombar os intelectuais e nas quais estes frequentemente caem: "Coloquem-se em nosso lugar e digam o que fariam." Esta não é uma questão à qual se tenha de responder. Tomar uma decisão sobre um assunto qualquer implica um conhecimento das evidências que nos é negado, uma análise da situação que não se tem a possibilidade de fazer. Esta é uma armadilha. Permanece ainda, enquanto governados, perfeitamente o direito de perguntar sobre a verdade*: "O que vocês têm feito, por exemplo, quando se é hostil com os euro-mísseis, ou quando, ao contrário, os apóiam quando se reestrutura a indústria do aço de Lorraine, ou quando abrem os arquivos da educação pública?"

- *Nesta descida aos infernos que é uma longa meditação, uma longa busca – uma descida em que se tem de trilhar na busca de uma verdade –, que tipo de leitor se busca encontrar? É um fato que, se se tem podido encontrar bons autores, no entanto, há menos e menos bons leitores.*

- Eu diria leitores. É verdade que não somos mais lidos. O primeiro livro que se escreve é lido, porque não se é conhecido, por que não se sabe quem somos e se lê na desordem e na confusão, o que para mim está muito bem. Não há razão para que se elabore não somente o livro, mas também a leitura do livro. A única lei é a de todas as leituras possíveis. Eu não vejo inconvenientes maiores se um livro, enquanto lido, é lido de diferentes maneiras. O que é grave, é que na medida em que são escritos os livros, não são mais lidos de todo e, de deformação em deformação, lendo uns sobre os ombros dos outros, se chega a dar ao livro uma imagem absolutamente grotesca.

Aqui se põe efetivamente um problema: deve-se entrar na polêmica e responder a cada uma dessas deformações e, por conseqüência, fazer leis [de leitura] aos leitores, o que

me repugna; ou deixar, o que me repugna igualmente, que o livro seja deformado até que ele venha a se tornar uma caricatura de si mesmo?

Há uma solução: a única lei sobre a imprensa, a única lei sobre o livro que eu gostaria de ver instaurada seria a proibição de utilizar duas vezes o nome do autor, além do direito do anonimato e ao pseudônimo, de modo que cada livro poderia ser lido por si mesmo. Há livros, para os quais o conhecimento do autor é uma chave para a inteligibilidade. Mas, aparte de qualquer grande autor, para a maior parte dos outros, este conhecimento não serve rigorosamente para nada. Ele serve somente de barreira. Para qualquer um, como eu, que não sou um grande autor, mas somente alguém que fabrica livros, seria mais conveniente que os livros fossem lidos por eles mesmos com suas imperfeições e qualidades eventuais.